



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 447/26

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

- Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;
- Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica;
- Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências;
- Lei Federal nº 13.185, de 6 de novembro de 2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática – Bullying;
- Lei Federal nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024, que institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, prevê a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e as Leis nº 8.072, de 25 de julho de 1990 – Lei dos Crimes Hediondos, e nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Lei Federal nº 14.817, de 16 de janeiro de 2024, que estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública;
- Lei Federal nº 14.819, de 16 de janeiro de 2024, que institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares.
- Lei Complementar Estadual nº 444, de 27 de dezembro de 1985, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Paulista e dá providências correlatas;



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

- Lei Estadual nº 11.875, de 19 de janeiro de 2005, que institui a Política de Prevenção à Violência contra Educadores da Rede de Ensino do Estado de São Paulo;
- Lei Estadual nº 16.279, de 8 de julho de 2016, que aprova o Plano Estadual de Educação de São Paulo e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 8.694, de 31 de março de 1978, que altera o quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 11.229, de 26 de junho de 1992, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público Municipal e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 11.434, de 12 de novembro de 1993, que dispõe sobre a organização dos Quadros dos Profissionais de Educação da Prefeitura do Município de São Paulo e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 13.168, de 6 de julho de 2001, que cria os cargos que especifica no Quadro do Magistério Municipal e no Quadro de Apoio à Educação, altera a forma de provimento do cargo de Agente Escolar e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 13.272, de 4 de janeiro de 2002, que dispõe sobre a readequação das Escalas de Padrões de Vencimentos dos Quadros dos Profissionais de Educação, do Quadro do Magistério Municipal, bem como dos titulares de cargos ou funções de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 13.303, de 18 de janeiro de 2002, que dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição Federal, bem como sobre os reajustes de seus vencimentos, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 13.574, de 12 de maio de 2003, que dispõe sobre a transformação e inclusão, no Quadro do Magistério Municipal do Quadro dos Profissionais de Educação, dos cargos de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, Pedagogo e Diretor de Equipamento Social e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 13.973, de 12 de maio de 2005, que dispõe sobre as contribuições para o Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos do Município de São Paulo que especifica e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 14.244, de 29 de novembro de 2006, que institui a Gratificação de Regência, a Gratificação de Atividade Educativa, a Gratificação de Apoio Educacional, a Gratificação de Atribuição Educacional, a Gratificação Especial para Especialistas, a



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

Gratificação de Apoio à Educação, a Gratificação por Desenvolvimento Socioeducativo e o Abono Complementar, a serem concedidos aos servidores que especifica;

- Lei Municipal nº 14.660, de 26 de dezembro de 2007, que altera as Leis nº 11.229, de 26 de junho de 1992, e nº 11.434, de 12 de novembro de 1993, e a legislação subsequente, reorganiza o Quadro dos Profissionais de Educação, com as respectivas carreiras, e consolida o Estatuto dos Profissionais da Educação Municipal;
- Lei Municipal nº 14.709, de 3 de abril de 2008, que dispõe sobre o reajustamento das Escalas de Padrões de Vencimentos dos Quadros dos Profissionais de Educação, a absorção das gratificações instituídas pela Lei nº 14.244, de 29 de novembro de 2006, na forma que especifica, e introduz alterações na Lei nº 14.660, de 26 de dezembro de 2007;
- Lei Municipal nº 14.715, de 8 de abril de 2008, que altera dispositivos das Leis nº 9.480, de 8 de junho de 1982, e nº 10.224, de 15 de dezembro de 1986; concede a Gratificação por Desempenho de Atividade aos servidores que especifica e altera dispositivos das Leis nº 14.591, de 13 de novembro de 2007, nº 14.600, de 27 de novembro de 2007, e nº 14.660, de 26 de dezembro de 2007;
- Lei Municipal nº 14.938, de 30 de junho de 2009, que institui o Prêmio de Desempenho Educacional e revoga as leis e os dispositivos legais que especifica;
- Lei Municipal nº 15.215, de 25 de junho de 2010, que dispõe sobre o reajustamento das Escalas de Padrões de Vencimentos do Quadro dos Profissionais de Educação, mantém a concessão do Abono Complementar que especifica, introduz alterações na Lei nº 14.244, de 29 de novembro de 2006, e reconfigura a carreira de Agente Escolar do Quadro de Apoio à Educação;
- Lei Municipal nº 15.387, de 28 de junho de 2011, que dispõe sobre a criação dos cargos que especifica no Quadro do Magistério Municipal e no Quadro de Apoio à Educação, do Quadro dos Profissionais de Educação;
- Lei Municipal nº 15.490, de 29 de novembro de 2011, que dispõe sobre o reajustamento do Abono Complementar instituído pelo art. 11 da Lei nº 14.244, de 29 de novembro de 2006, institui os Abonos Complementares para os profissionais de educação que especifica, reajusta as Escalas de Padrões de Vencimentos dos Quadros dos Profissionais de Educação e cria cargos de Professor de Educação Infantil;
- Lei Municipal nº 15.617, de 10 de julho de 2012, que estabelece princípios, diretrizes e objetivos para a Política de Formação dos Profissionais de Educação Básica da Rede Pública do Município de São Paulo e dá outras providências;



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

- Lei Municipal nº 15.682, de 26 de fevereiro de 2013, que dispõe sobre a criação de cargos de Assistente de Diretor de Escola no Quadro do Magistério Municipal, altera a legislação remuneratória que especifica, institui Abono de Compatibilização para os servidores que especifica e acrescenta referências de vencimentos ao Quadro do Magistério Municipal;
- Lei Municipal nº 15.930, de 20 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o cômputo do tempo de exercício dos cargos que especifica para os efeitos do § 5º do art. 40 da Constituição Federal;
- Lei Municipal nº 15.963, de 15 de janeiro de 2014, que acrescenta referências à Escala de Padrões de Vencimentos do Quadro do Magistério Municipal, do Quadro dos Profissionais de Educação – QPE;
- Lei Municipal nº 16.008, de 5 de junho de 2014, que dispõe sobre o reajustamento dos limites fixados para o Abono Complementar devido aos profissionais de educação e das Escalas de Padrões de Vencimentos dos Quadros dos Profissionais de Educação;
- Lei Municipal nº 16.134, de 12 de março de 2015, que dispõe sobre a criação de Comissão de Mediação de Conflitos – CMC nas escolas da Rede Municipal de Ensino da Cidade de São Paulo e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 16.271, de 17 de setembro de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação de São Paulo;
- Lei Municipal nº 16.275, de 2 de outubro de 2015, que dispõe sobre o reajustamento dos limites fixados para os Abonos Complementares e para o Abono de Compatibilização devidos aos profissionais de educação, bem como das Escalas de Padrões de Vencimentos dos Quadros dos Profissionais de Educação – QPE, na forma que especifica;
- Lei Municipal nº 16.415, de 1º de abril de 2016, que institui o Programa Bolsa Mestrado ou Doutorado Educador;
- Lei Municipal nº 16.416, de 1º de abril de 2016, que dispõe sobre o reajustamento dos limites fixados para os Abonos Complementares e para o Abono de Compatibilização devidos aos profissionais de educação, bem como das Escalas de Padrões de Vencimentos dos Quadros dos Profissionais de Educação – QPE que especifica, introduz alterações na Lei nº 14.660, de 26 de dezembro de 2007, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 16.421, de 8 de abril de 2016, que introduz alterações nos arts. 4º, 5º e 9º da Lei nº 14.666, de 10 de janeiro de 2008, que criou o Conselho Municipal de



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do Fundeb;

- Lei Municipal nº 16.695, de 25 de agosto de 2017, que dispõe sobre a criação, no Quadro do Magistério Municipal do Quadro dos Profissionais de Educação – QPE, de cargos de Supervisor Escolar da carreira do Magistério Municipal;
- Lei Municipal nº 16.711, de 10 de outubro de 2017, que dispõe sobre o reajustamento dos limites fixados para os Abonos Complementares e para o Abono de Compatibilização devidos aos profissionais de educação, bem como das Escalas de Padrões de Vencimentos dos Quadros dos Profissionais de Educação – QPE que especifica, e dá nova redação ao art. 12 da Lei nº 16.119, de 13 de janeiro de 2015;
- Lei Municipal nº 16.974, de 23 de agosto de 2018, que dispõe sobre a organização da Administração Pública Municipal Direta, incluindo a criação e a alteração de cargos de provimento em comissão e funções de confiança;
- Lei Municipal nº 17.212, de 12 de novembro de 2019, que autoriza o Poder Executivo a alterar a Lei nº 14.660, de 26 de dezembro de 2007, para considerar como horas de formação e aperfeiçoamento 10% das horas de trabalho semanal dos Assistentes de Diretor de Escola e dos profissionais da classe dos gestores e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 17.224, de 31 de outubro de 2019, que institui a Bonificação por Resultados – BR, reajusta as escalas de vencimentos dos Quadros dos Profissionais de Educação – QPE, institui abonos mensais aos profissionais da educação e dispõe sobre regras de abonos adicionais e complementares;
- Lei Municipal nº 17.555, de 22 de março de 2021, que dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb – CACS-FUNDEB e sobre o Programa Auxílio Uniforme Escolar, na forma que especifica;
- Lei Municipal nº 17.720, de 2 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor de Educação Infantil no Quadro do Magistério Municipal e no Quadro dos Profissionais de Educação – QPE, cria Funções de Direção e Assessoramento, altera estruturas de carreiras e cargos municipais e reorganiza provimentos de cargos;
- Lei Municipal nº 17.841, de 19 de agosto de 2022, que dispõe sobre a adoção de medidas destinadas à valorização dos servidores municipais, institui o Plano de Modernização do Sistema de Fiscalização de Atividades Urbanas e a Orientação de Atividades Urbanas, na forma que especifica, e dá outras providências;



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

- Lei Municipal nº 17.950, de 19 de maio de 2023, que institui a obrigatoriedade de capacitação dos professores da rede de ensino pública e privada para atuação na promoção da igualdade racial e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 17.960, de 12 de junho de 2023, que dispõe sobre a criação, no Quadro do Magistério Municipal do Quadro dos Profissionais de Educação – QPE, de cargos de Supervisor Escolar da carreira do Magistério Municipal, Classe dos Gestores Educacionais, bem como sobre a concessão de Verba de Locomoção, conforme específica, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 18.039, de 12 de dezembro de 2023, que autoriza a instituição de Comissões de Enfrentamento à Violência e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente nas unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino da Cidade de São Paulo e altera a Lei nº 16.134, de 12 de março de 2015, conforme específica;
- Lei Municipal nº 18.064, de 28 de dezembro de 2023, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor de Educação Infantil no Quadro do Magistério Municipal do Quadro dos Profissionais de Educação – QPE, consolida a Estratégia Municipal de Inclusão Profissional Assistida, altera e revoga as normas que especifica;
- Lei Municipal nº 18.098, de 26 de março de 2024, que dispõe sobre a revisão geral anual e a adoção de medidas destinadas à valorização dos servidores públicos municipais, na forma que especifica;
- Lei Municipal nº 18.165, de 24 de julho de 2024, que autoriza a criação do Programa Cultura de Paz nas Escolas do Município de São Paulo;
- Lei Municipal nº 18.221, de 27 de dezembro de 2024, que introduz alterações na legislação de pessoal do Município de São Paulo, inclusive no Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, nas regras da Bonificação por Resultados, no Quadro de Fiscalização de Posturas Municipais e no Quadro dos Profissionais de Educação, e introduz outras disposições;
- Lei Municipal nº 18.235, de 8 de maio de 2025, que dispõe sobre a revisão geral anual referente ao ano de 2025 e a adoção de medidas destinadas à valorização dos servidores públicos municipais, na forma que especifica;
- Lei Municipal nº 18.433, de 25 de março de 2026, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário Oficial da Cidade de São Paulo a Semana Municipal de Valorização e Reconhecimento dos Profissionais da Educação da Rede Pública e Privada.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

- Decreto Municipal nº 19.142, que dispõe sobre a remuneração do período correspondente às férias escolares dos ocupantes de cargos docentes do Quadro do Magistério Municipal;
- Decreto Municipal nº 55.001, de 3 de abril de 2014, que divulga
- os novos valores das Escalas de Padrões de Vencimentos dos Quadros dos Profissionais de Educação, em cumprimento ao § 2º do art. 4º da Lei nº 15.490, de 29 de novembro de 2011;
- Decreto Municipal nº 56.204, de 29 de junho de 2015, que divulga os novos valores das Escalas de Padrões de Vencimentos dos Quadros dos Profissionais de Educação, em cumprimento ao § 2º do art. 4º da Lei nº 16.008, de 5 de junho de 2014;
- Norma Complementar da Secretaria Municipal de Educação nº 8.945/2017, que dispõe sobre a organização das unidades de educação infantil e de ensino fundamental e médio;
- Norma Complementar da Secretaria Municipal de Educação nº 28/2019, relativa ao Quadro dos Profissionais de Educação e à organização de ocupações e cargos.
- Lei Municipal nº 18.463, de 13 de maio de 2026, que dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais referente ao ano de 2026, na forma que especifica.
- Lei Municipal nº 18.471, de 29 de maio de 2026, que institui o Programa Mais Integração no âmbito da Rede Municipal de Ensino, estabelece diretrizes para a cooperação entre as unidades educacionais que o integram e dispõe sobre mecanismos de fomento e valorização profissional no âmbito das parcerias.

PL 577/2026 Institui, no âmbito do Município de São Paulo, a Política Municipal de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra Agentes Públicos e Demais Pessoas em Exercício de Função Pública, cria o Protocolo Municipal de Acolhimento às Vítimas de Violência no Exercício de Suas Funções, e dá outras providências.

PL 567/2026 Institui o Programa Municipal de Incentivo ao Cinema Educativo para Todos no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 554/2026 Institui a Política Municipal de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra os Profissionais da Educação e dá outras providências.

PL 525/2026 Institui o “Selo Escola Saudável” no Município de São Paulo e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

PL 1406/2025

Reconhece o direito dos profissionais da Rede Municipal de Ensino de São Paulo à Formação Continuada Prioritária e institui diretrizes para sua efetivação.

PL 1296/2025

Institui a Política Municipal de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação no âmbito do Município de São Paulo.

PL 1504/2025

Altera a redação do art. 3º da Lei nº 10.793, de 21 de dezembro de 1989, para dispor sobre regras para contratação por tempo determinado no âmbito da Administração Pública Municipal.

PL 1094/2025

Institui a criação de Centros de Formação em Braille para professores e demais profissionais da educação da rede municipal de ensino de São Paulo.

PL 986/2025

Institui o Programa Municipal de Apoio Psicológico e Jurídico a Profissionais da Educação e Jovens Alunos vítimas de violência escolar, estabelece protocolos de acolhimento rápido e dá outras providências.

PL 904/2025

Assegura aos professores e demais servidores das unidades educacionais o direito à alimentação pelo programa de merenda escolar.

PL 416/2025

Dispõe sobre a revisão geral anual e a adoção de medidas destinadas à valorização dos servidores públicos municipais, na forma que especifica.

PL 16/2026

Autoriza o reconhecimento e a contagem do tempo de efetivo exercício dos integrantes do Quadro do Magistério Público Municipal, nos termos da Lei Complementar nº 226, de 2026, e em conformidade com o Estatuto do Magistério, e dá outras providências.

PL 504/2024

Altera a Lei nº 14.660, de 26 de novembro de 2007, para estabelecer a jornada de trabalho dos professores que prestam serviços nas entidades indiretas e parceiras do município de São Paulo. [Estatuto dos Profissionais da Educação Municipal]



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 27 de julho de 2026.

Cintia Talarico da Cruz Carrer
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068